

Biblioteconomia

Publicação do Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia – CFB/CRB



Treinamento para
Bibliotecários Fiscais

Pág. 5



Vozes Indígenas na
Biblioteconomia

Pág. 19

Entrevista com a
ministra da cultura

Margareth Menezes

DIRETORIA

Presidente: Fábio Lima Cordeiro – CRB-1/1763 | Vice-presidente: Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946 | Diretora Administrativa: Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353 | Diretor Técnico: Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640 | Diretor Financeiro: Luiz Otávio Maciel da Silva – CRB-2/771

Comissão de Legislação e Normas (CLN)

Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552 (coordenadora) | Fábio de Lima Cordeiro – CRB-1/1763 | Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946

Comissão de Divulgação e Valorização Profissional (CDV)

Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719 (coordenador) | Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640 | Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854

Comissão de Tomada de Contas (CTC)

Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637 (coordenadora) | Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213 | Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282

Comissão de Ética Profissional (CEP)

Valéria Martin Valls – CRB-8/5243 (coordenadora) | Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719 | José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580

Comissão de Licitação (CLI)

José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580 (coordenador) | Ailton Moreira da Rocha (pregoeiro) | Tatiana de Paula Martins de Souza

Comissão de Ensino e Formação Profissional (CENF)

Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318 (coordenadora) | José Alimatéia de Aquino Ramos – CRB-6/580 | Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213

Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CBEP)

Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB-14/213 (coordenadora) | Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB-5/946 | Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353

Comissão de Fiscalização (CFI)

Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282 (coordenador) | Fernando Braga Ferreira – CRB-3/640 | Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637

Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD)

Rosa Zuleide Lima de Brito – CRB-15/213 (coordenadora) | Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353 | Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854 | Ailton Moreira da Rocha

Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA)

Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB-11/719 (coordenador) | Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318 | Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552 | Valéria Martin Valls – CRB-8/5243

Comissão de Gestão por Indicadores e Relatório para o TCU

Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637 (coordenadora) | Luiz Otávio Maciel da Silva – CRB-2/771 | Nelson Oliveira da Silva – CRB-10/854

FUNCIONÁRIOS: Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo | Cláudio Northon Álvares de Castro – Consultor Jurídico OAB/DF 52.491 | William Soares de Oliveira – Assessor Parlamentar | Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo | Tatiana de Paula Martins de Souza – Assistente Administrativa

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

CFB SRTVIV Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079, CEP 70.719-900, Brasília-DF. Telefones: (61) 3328-2896 / (61) 3328-2080 | www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA

Produção: Contatus Publicidade | 77 3434-0087 |

relacionamento@facacontatus.net.br

Comitê Editorial: Supervisão: Jean Racene CRB11/719, Luiz Ribeiro, Daiane Bruna; Edição: Jean Racene CRB11/719, Julie Oliveira, 0005926/BA; Redação: Jean Racene CRB11/719, Julie Oliveira, Luiz Ribeiro, William Soares; Revisão: Jean Racene CRB11/719, Fernando Braga CRB3/640, Nelson Oliveira CRB10/854, Bruna Dantas, Nicole Ariel; Editoração Eletrônica: Yuri Sales, Marcio Lopes; Curadoria fotográfica: Jean Racene CRB11/719, Fernando Braga CRB3/640, Nelson Oliveira CRB10/854, Bruna Dantas, Daiane Bruna; Fotos: Acervo Sistema CFB/CRB, Jean Racene CRB11/719, Fernando Braga CRB3/640, Nelson Oliveira CRB10/854; Atendimento: Bárbara Morais.

Mensagem às bibliotecárias e aos bibliotecários antirracistas



Aldinar Martins Bottentuit

CRB-13/318 - Maranhão
Bibliotecária, Professora Doutora da Universidade Federal do Maranhão e Conselheira Federal

Queridas e queridos colegas,

É com imenso orgulho e responsabilidade que me dirijo a vocês para socializar e discutir uma questão vital em nosso campo profissional: o papel dos bibliotecários e bibliotecárias na promoção do letramento racial e na luta antirracista.

Como bibliotecárias e bibliotecários, somos guardiões do conhecimento e da formação, responsáveis por garantir o acesso equitativo à diversidade de perspectivas e narrativas em nossas comunidades. No entanto, reconhecemos que as bibliotecas, historicamente, foram espaços que reproduziram

e legitimaram narrativas eurocêntricas e excluíram vozes e experiências de grupos racialmente marginalizados.

Neste contexto, a campanha “Bibliotecárias e Bibliotecários Antirracistas” surge como uma resposta urgente à necessidade de transformação e inclusão em nossas práticas profissionais. Esta campanha além de reconhecer a existência do racismo estrutural, ela nos convoca a agir de forma crítica para dismantelar estruturas e sistemas que perpetuam a desigualdade racial em nossas bibliotecas e na sociedade em geral.

Como mulher negra, bibliotecária e professora universitária, compreendo profundamente a importância dessa causa. Minha trajetória no Conselho Federal de Biblioteconomia e minha atuação na Comissão de Ensino e Formação Profissional me permitiram constatar a necessidade urgente de incorporarmos o letramento racial em nossa prática profissional e contribuir na formação de novos bibliotecários e bibliotecárias.

A campanha “Letramento Racial” é multifacetada e abrange diversas dimensões. Ela envolve desde o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU até a promoção ativa da diversidade nos acervos das bibliotecas, passando pelo combate ao racismo em todas as suas formas e manifestações.

Nossas ações podem assumir muitas formas, desde a realização de palestras e exposições até o desenvolvimento de oficinas e cursos que destacam a literatura indígena e negra. Também

devemos repensar nossas práticas de formação de acervo, garantindo que elas reflitam a riqueza e a diversidade das vozes de nossa sociedade.

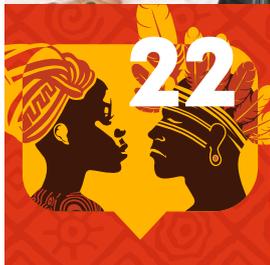
No entanto, a transformação não acontece apenas nas bibliotecas; ela começa dentro de nós mesmos. Devemos nos comprometer a examinar nossos próprios preconceitos e privilégios, e estar dispostos a aprender e crescer constantemente nesta jornada antirracista.

O Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais têm um papel crucial

nessa jornada, compartilhando informação, orientação, recursos e apoio para que possamos avançar nessa causa coletiva. Esta campanha não se limita à Semana do Bibliotecário; é um compromisso contínuo que exige nossa dedicação e persistência.

Convido todos vocês a se juntarem a nós nesta importante jornada. Juntos, podemos construir bibliotecas verdadeiramente antirracistas e contribuir para a construção de um mundo mais justo, inclusivo e igualitário com solidariedade e determinação.





SUMÁRIO

Treinamento para Bibliotecários Fiscais **5**

Como pensar e implementar uma
Biblioteconomia antirracista **9**

Entrevista com Margareth
Menezes, Ministra da Cultura **13**

Vozes Indígenas na
Biblioteconomia **19**

O Sistema CFB/CRB na Luta Antirracista:
Liderando o Combate ao Racismo nas
Bibliotecas **22**

Brasil celebra o Dia da Bibliotecária e
do Bibliotecário com homenagens e
compromissos pela inclusão e antirracismo **24**



Treinamento para Bibliotecários Fiscais

Evento do CFB padroniza práticas e procedimentos de fiscalização em todo o país

Entre os dias 29 de janeiro e 02 de fevereiro, o Conselho Federal de Biblioteconomia realizou o Treinamento de Bibliotecários Fiscais. O treinamento aconteceu em Belo Horizonte - MG, na sede do SENAI, e contou com o apoio do Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região - CRB-6.

Os principais objetivos do treinamento foram padronizar os procedimentos de fiscalização e as rotinas processuais, criar vínculos entre os fiscais e coletar sugestões de melhorias. Álamo Chaves, anfitrião do evento pelo CRB-6, conta que “Esse treinamento veio pra dar um norte, pra dar orientações seguras para todas/os Bibliotecárias/os Fiscais dos CRB”.

Essa era uma necessidade muito grande dentro do Sistema CFB/CRB, e que vinha sendo mapeada já há algum tempo. Anderson Tavares, bibliotecário

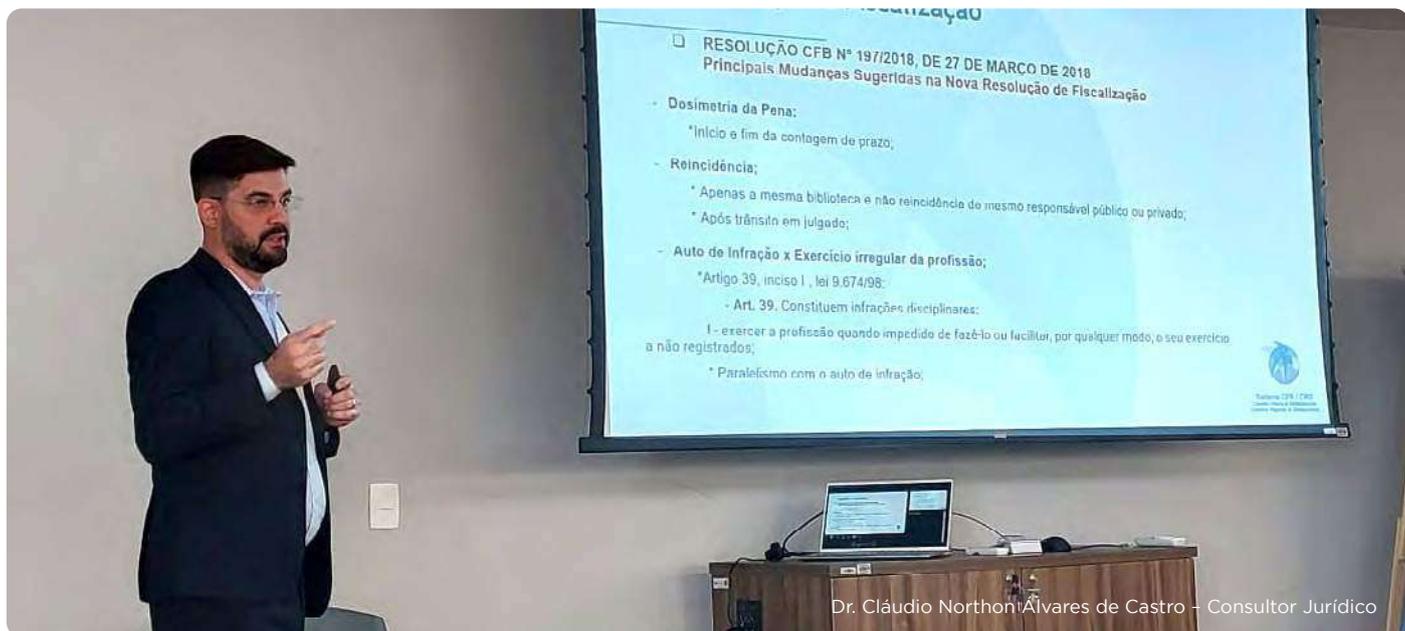
do CRB-2 e atual coordenador da Comissão de Fiscalização do CFB, explica que essa demanda começou a ser identificada no início da atual gestão quando, nas reuniões com os regionais, ficou cada vez mais claro que as práticas de fiscalização eram muito diferentes em cada regional. “A gente precisava de um treinamento que unificasse o máximo possível os Procedimentos Operacionais Padrão”, comenta Anderson.

Para dar conta de tudo isso, o treinamento contou com uma programação robusta, que incluiu a realização de workshops e palestras que trataram desde as regras de fiscalização até o poder de polícia dos fiscais, um tópico que gerava muitas dúvidas entre os profissionais. Para abranger todas as áreas, diversos especialistas foram convidados para compartilhar seu conhecimento. Dentre eles, tivemos a Mestre e Ex-

Bibliotecária Fiscal Viviane Carolina de Paula, o advogado e Assessor Jurídico do CFB, Dr. Cláudio Northon Álvares de Castro e o Capitão Pedro Paulo Pereira Alves, da Polícia Militar de Minas Gerais.

O resultado foi um encontro memorável, que superou as expectativas. Cecília Rodrigues, bibliotecária fiscal do CRB-13, participou do treinamento e acredita que ele foi muito eficaz: “Tivemos palestras com profissionais especializados da área jurídica e da segurança pública que utilizaram uma didática excelente para sanar as dúvidas e até mesmo interpretações equivocadas que eu tinha”, comenta.

Além de cumprir os objetivos de unificar as práticas de fiscalização do Sistema CFB/CRB, os 22 participantes ainda puderam desfrutar de um networking muito desejado e que pode render muitos frutos. “Ver o rosto um do



outro presencialmente criou um vínculo de amizade e de troca de experiências que eles não tinham e agora eles se sentem até mais confiantes pra se mobilizar nas fiscalizações”, comenta Anderson.

Os fiscais que participaram do treinamento também ficaram muito felizes com a experiência. Mara Borges, bibliotecária fiscal do CRB-11, conta que está muito satisfeita com o que aprendeu durante o treinamento: “Com o conhecimento adquirido, seremos capazes de realizar fiscalizações com habilidades aprimoradas que serão implementadas em nossa rotina diária”, conta a bibliotecária.

Para ajudar ainda mais na padronização dos procedimentos, as diretrizes definidas e apresentadas durante o treinamento irão compor o Manual de Fiscalização, que está sendo finalizado e, em breve, será disponibilizado aos

fiscais de todos os CRB. Esse documento será fundamental para ajudar os fiscais a executarem seu trabalho com excelência.

O que se espera agora é que as práticas de fiscalização sejam aprimoradas e padronizadas em todos os CRB, mas é muito importante lembrar que

devem denunciar irregularidades. “As pessoas precisam procurar o CRB para denunciar”, lembra Álamo. Com a contribuição de todos, é possível transformar a biblioteconomia do Brasil.

Essa era uma necessidade muito grande dentro do Sistema CFB/CRB, e que vinha sendo mapeada já há algum



Todos os participantes do treinamento do CFI

a fiscalização não deve ser uma preocupação apenas dos fiscais: todos os bibliotecários e bibliotecárias do país podem e

tempo. Anderson Tavares, bibliotecário do CRB-2 e atual coordenador da Comissão de Fiscalização do CFB, explica



Da esquerda para direita: Conselhoeiro Fernando Braga Ferreira - CRB3/640, Conselheira Mariza Martins Coelho - CRB-6/1637 e o Coordenador da CFIS, Conselhoeiro Anderson Alberto Saldanha Tavares - CRB-2/1282.

que essa demanda começou a ser identificada no início da atual gestão quando, nas reuniões com os regionais, ficou cada vez mais claro que as práticas de fiscalização eram muito diferentes em cada regional. “A gente precisava de um treinamento que unificasse o máximo possível os Procedimentos Operacionais Padrão”, comenta Anderson.

Para dar conta de tudo isso, o treinamento contou com uma programação robusta, que incluiu a realização de workshops e palestras que trataram desde as legislações da biblioteconomia até o poder de polícia dos fiscais, um tópico que gerava muitas dúvidas entre os profissionais. Para abranger todas as áreas, diversos especialistas foram convidados para compartilhar seu conhecimento. Dentre eles, tivemos a o advogado Dr. Mário Diógenes Garrido Eva a Bibliotecária e ex-fiscal

do CRB14 Viviane Carolina de Paula, o Assessor Jurídico do CFB Dr. Cláudio Northon Álvares de Castro, o Capitão Pedro Paulo Pereira Alves, da Polícia Militar de Minas Gerais e a Conselheira Federal Maria de Lourdes Blatt Ohira.

e acredita que ele foi muito eficaz: “Tivemos palestras com profissionais especializados da área jurídica e da segurança pública que utilizaram uma didática excelente para sanar as dúvidas e até mesmo interpretações equivocadas que eu tinha”, comenta.



Conselheira Maria Lourdes Blatt Ohira - CRB-14/213.

O resultado foi um encontro memorável, que superou as expectativas. Cecília Rodrigues, bibliotecária fiscal do CRB-13, participou do treinamento

Além de cumprir os objetivos de unificar as práticas de fiscalização do Sistema CRB/CFB, os 22 participantes ainda puderam desfrutar de um



Em pé, da esquerda para direita: Monique Costa (CRB-2/1727), Jozane Pacheco (CRB-6/3733), Francimar Dias (CRB-5/2009), Nádia Ferreira (CRB-1/1725), Gabriela Freitas (CRB-1/3022), Débora Costa (CRB-10/1534), Mara Rúbia (CRB-11/693), Orfila Maria (CRB-6/756), Zenaide Garcia (CRB-14/1840), Cecília de Jesus (CRB-13/716), Isabel Bezerra (CRB-3/897), Agachados: Eli Bruno (CRB-9/2134), Leonardo (CRB-15/770), Renato Veras (CRB-8/9788) e Iلسon José(CRB-8/7921)

networking muito desejado e que pode render muitos frutos. “Ver o rosto um do outro presencialmente criou um vínculo de amizade e de troca de experiências que eles não tinham, e agora eles se sentem até mais confiantes pra se mobilizar nas fiscalizações”, comenta Anderson.

Os fiscais que participaram do treinamento também ficaram muito felizes com a experiência. Mara Borges, bibliotecária fiscal

do CRB-11, conta que está muito satisfeita com o que aprendeu durante o treinamento: “Com o conhecimento adquirido, seremos capazes de realizar fiscalizações com habilidades aprimoradas que serão implementadas em nossa rotina diária”.

Para ajudar ainda mais na padronização dos procedimentos, as diretrizes definidas e apresentadas durante o treinamento

irão compor o Manual de Fiscalização, que está sendo finalizado e, em breve, será disponibilizado aos fiscais de todos os CRB. Esse documento será fundamental para ajudar os fiscais a executarem seu trabalho com excelência.

O que se espera agora é que as práticas de fiscalização sejam aprimoradas e padronizadas em todos os CRBs, mas é muito importante lembrar que a fiscalização não deve ser uma preocupação apenas dos fiscais: todos os bibliotecários e bibliotecárias do país podem e devem denunciar irregularidades. “As pessoas precisam procurar o CRB para denunciar”, lembra Álamo. Com a contribuição de todos, é possível transformar a biblioteconomia do Brasil.



Da esquerda pra direita: Coordenador da CFIS, Conselheiro Anderson Alberto Saldanha Tavares – CRB-2/1282, Conselheira Mariza Martins Coelho – CRB-6/1637, Capitão da PMMG, Pedro Paulo Pereira. Alves e o Conselheiro Fernando Braga Ferreira - CRB3/640.

Como pensar e implementar uma Biblioteconomia antirracista



Prof.ª Gláucia Aparecida Vaz

Sempre que sou chamada a falar sobre como construir ações antirracistas nos espaços das bibliotecas brasileiras, me sinto na responsabilidade de antes de qualquer ideia apresentada, convocar as pessoas a refletirem antes sobre o lugar que ocupam enquanto cidadãos. Pois para mim, particularmente, não é possível estruturar ações profissionais sem que as pessoas que estão por trás dessas práticas profissionais não se conscientizem verdadeiramente.

O racismo no Brasil é um problema estrutural e é fruto de uma herança histórica escravocrata. Sendo um problema estrutural, toda a sociedade é afetada, assim como todas as instituições. E é nesse momento que alguém ergue a voz para se defender e

dizer: “Mas eu não sou racista”, ou “Aquela instituição não é racista”, “porque até tem amigos ou funcionários negros...” Essas são frases que toda pessoa preta no Brasil já ouviu em algum momento. Frases prontas, articuladas pela branquitude utilizando-se do totemismo, que visa colocar um representante negro para se autodenominar não preconceituosa, ou pegando exemplos de pessoas negras que se encaixem em um estereótipo que não os ofereçam ameaça, consideradas um negro amigo, uma pessoa agradável que geralmente não se revolta contra o sistema.

Não há como os bibliotecários desenvolverem práticas antirracistas, se eles mesmos não chegam nem perto de ser na sua vivência diária enquanto

sujeito. Pois existe um outro grande equívoco quando o ocidente cria uma cisão no sujeito, dividindo-o como um ser de dupla personalidade, onde tratamos com um sujeito no trabalho e outro na vida pessoal. Isso é um erro da cultura ocidental, pois em qualquer ambiente o indivíduo que caminha é o mesmo, com suas dores, alegrias, experiências únicas, sucessos e fracassos, bagagem de relacionamentos afetivos e amizades, enfim... não são dois sujeitos, é apenas um que é capaz de transitar e de exercer múltiplas funções, mas sem deixar seu próprio eu.

Diante disso, digo que o primeiro passo para se pensar em qualquer atuação profissional antirracista, é preciso que os sujeitos sejam conscientizados.

No Brasil, a estrutura racista é mantida por alguns pilares de sustentação, possível de serem facilmente detectadas em três dimensões principais:

Na Dimensão Histórica, o primeiro fato a ser apontado, é o longo processo de escravidão, que no Brasil se iniciou por volta de 1.530, e só terminou de forma legal e documental em 1.888, somando 358 anos de exploração e animalização de corpos negros no nosso país.

É importante considerar aqui que mais de três séculos de uma estrutura social tão desigual e violenta não poderia ser sanada de forma rápida (onde novamente nos deparamos com ações e estratégias de desinformação). O Brasil foi fundado sob um ideal, onde a sociedade se dividiu e se constituiu a partir do pensamento da existência de uma superioridade branca sobre os demais povos, especialmente negros e indígenas. A ausência de políticas públicas no período pós-abolição, deixou demonstrada a intenção do Estado, de sumir com a população negra e partir para o plano de embranquecimento do Brasil, sem ter a menor preocupação com o que seria dessa população que literalmente ergueu tudo que existe no país até os dias atuais.

O segundo fato histórico observado foi o projeto de criação do mito da democracia racial. Projeto iniciado na Era Vargas, que teve a colaboração de vários pesquisadores sociais, que queria vender ao exterior a imagem de que no Brasil, brancos, negros e indígenas, viviam em total harmonia, negando inclusive a existência do racismo. Esse projeto prosperou, e o país conseguiu construir essa imagem diante do mundo. O reflexo disso dentro do país foi aumentar o nível de desinformação da população em torno do assunto, sendo possível observar até os dias atuais, total desconforto por grande parte da população em reconhecer situações de racismo e culpabilização das vítimas. A população de fato passou a acreditar que só existe racismo porque existem pessoas que insistem em falar sobre o assunto, eximindo-se de qualquer responsabilidade da estrutura social sobre a questão.

A Dimensão Educacional nos apresenta um sistema de ensino que ainda reproduz as formas de dominação colonialistas e de superioridade branca. Mesmo com a promulgação da Lei 10.639/2003, o nosso sistema de ensino

ainda não cumpre em todos os níveis as proposições da lei, utilizando ainda livros didáticos que colocam a história do povo negro apenas no contexto da escravidão, e retratando os corpos negros na posição de castigo e de inferioridade, corroborando para a manutenção da desinformação em relação a riqueza dos povos negros, que têm sua história anterior a escravidão, formada no continente Africano. Construir uma escola antirracista parte



Prof.ª Gláucia Aparecida Vaz

do princípio de que não deve ser estruturada apenas uma educação para que negros se sintam confortáveis nesse ambiente, mas primeiramente, para que a população branca, que é quem pratica os atos de racismo, mude suas atitudes, sendo educada em outros moldes de pensamento.

Falta ainda a estruturação de políticas que viabilizem a execução das ações promotoras de igualdade nas escolas.

Além de estrutura material, a lacuna maior se dá na formação continuada dos profissionais, e na fiscalização do cumprimento da lei por parte do Estado.

A Dimensão Cultural nos apresenta que a discriminação com base na etnia continua sendo uma preocupação

persistente no Brasil e em todo o mundo. Existe sem dúvida o papel das dimensões culturais e do contato intercultural na formação de atitudes intergrupais negativas. A discriminação é uma preocupação persistente que precisa ser abordada no nível individual e social. Como a humanidade testemunhou atrocidades causadas por tal discriminação com base em raça e etnia várias vezes ao longo da história, é fundamental continuar a entender os fatores psicológicos e sociais que dão origem a preconceitos dentro e fora do grupo, e encontrar maneiras de promover a aceitação mútua entre distintos grupos culturais. As dimensões culturais influenciam como as pessoas são socializadas e

quais visões e comportamentos específicos são reforçados. O que ocorre de maneira geral no contexto brasileiro é um processo de socialização que parte de uma perspectiva colonizadora, onde se tem uma cultura superior e uma cultura inferior, sendo que o que prevalece no sistema educacional e no processo de construção da história do país é apenas a versão da branquitude.

Portanto, para se ter uma biblioteconomia antirracista são necessárias ações conjuntas e múltiplas que vão desde a estruturação de um currículo formador comprometido com toda a sociedade e com todos os cidadãos, mas de forma mais atenta aos grupos historicamente marginalizados. ´



É necessário que cobremos dos alunos, dos professores dos cursos de biblioteconomia, dos gestores das unidades que cumpram as determinações legais, já que é o mecanismo que temos. Não podemos ainda acreditar que existe ou que haverá uma conscientização profunda de todos os profissionais, mas na medida que nossa legislação pede a inclusão da pauta racial, exijamos o cumprimento.

Criar acervo com autores negros não resolverá a questão, o acervo negro é a ponta de um serviço apenas. Que obviamente é importante para que os negros sejam narrados a partir de si próprios, mas livros não promovem sozinhos, é necessário política pública, ação contínua e formação continuada e, mais que tudo, que as pessoas admitam que vivemos em um dos países mais racistas do mundo, que segrega sim o

diferente, que continua matando jovens negros e permitindo que mulheres negras sejam violentadas sem que os agressores sejam devidamente responsabilizados.

Não adianta comemorar o dia da consciência na biblioteca, enquanto no seu dia a dia você atravessa a rua quando vê um negro na mesma calçada que você.

Autora

Gláucia Aparecida Vaz é Professora Adjunta na UFRGS, Bibliotecária, Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela UFMG, pós-doutorado em Organização e Representação da Informação e do Conhecimento em pesquisa em Parceria entre a UEL e a Fundação Auracária, Pesquisadora Júnior do CNPQ. Desenvolve estudos sobre as relações étnico-raciais. Ativista da luta antirracista.

“Não adianta comemorar o dia da consciência na biblioteca, enquanto no seu dia a dia você atravessa a rua quando vê um negro na mesma calçada que você.”





Entrevista com Margareth Menezes Ministra da Cultura

Em 2024, o Mês do Bibliotecário teve como mote “Bibliotecas e bibliotecárias (os) antirracistas: conectando todas as culturas e povos.”, ressaltando o nosso compromisso com a luta antirracista e a favor do letramento racial. Este compromisso não acaba junto com a campanha: ele é duradouro, e exige um trabalho contínuo. A partir dessa perspectiva, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) convida a Ministra da Cultura, Margareth Menezes, para uma conversa franca e inspiradora sobre o papel das bibliotecas e do próprio Ministério da Cultura na promoção da equidade racial no país. Confira:

Políticas de combate ao racismo têm sido temas frequentes na atuação do Ministério da Cultura, inclusive com articulações internacionais, como a campanha Mercosul sem Racismo, com Diversidade e Inclusão, aprovada em novembro. Já existem estratégias referentes a essa campanha sendo desenvolvidas no Brasil? Quais são os próximos passos?

A campanha Mercosul sem Racismo, com Diversidade e Inclusão, é um compromisso dos países membros do Mercosul proposto pelo Brasil, por ocasião da conclusão do mandato da nossa presidência pro tempore.

E agora reforça esse compromisso, trabalhando pelo fortalecimento das manifestações artísticas e a importância do respeito a nossas origens e diversidade cultural de nossa região.

A Campanha que promove a diversidade étnica e cultural tem o potencial de estreitar ainda mais a cooperação e os laços entre os países “hermanos” da América do Sul. O próximo passo é a internalização da Campanha pelos Países. Temos a missão de envolver todos os ministérios e outras instituições governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada, na implementação das políticas e ações pela Igualdade

Racial, que é o 18º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável proposto pelo Brasil.

A proposta é fortalecer a adoção de políticas compensatórias de ações afirmativas, promover atividades educativas e de letramento racial sobre os diversos tipos de discriminação e violência que permeiam as interações sociais. Outros objetivos são estimular a produção e difusão de conteúdos sobre o tema, e qualificar os filtros e dados estatísticos de forma a obter melhores condições para o desenvolvimento de uma política de promoção da igualdade racial.

Nossa ação hoje nesse campo é abrangente e estruturante ao envolver o Sistema Nacional de Cultura, pois já iniciamos em 2023 uma reparação histórica e de promoção da diversidade étnica e racial, com a implementação de uma legislação inovadora no campo cultural. O primeiro exemplo é a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08.07.2022); O segundo é a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399 de 2022);

Outra política do MinC em consonância com a Campanha Mercosul Sem Racismo que podemos citar é Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018, de 2014); O Edital Cultura Viva de Fomento a Pontões de Cultura selecionou 42 pontões de articulação das redes, sendo 27 para os territórios, e 15 identitários

e temáticos. Na rede de pontões temáticos, destacam-se dois pontões de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; dois de Cultura Digital, Comunicação e Mídia Livre; de Culturas Indígenas e Mãe; Culturas Populares e Tradicionais; Acessibilidade Cultural e Equidade; dentre outros.

Nos Editais Cultura Viva foram garantidas vagas por região, custo amazônico e pontuações adicionais para comunidades tradicionais, de matriz africana e de terreiro, pessoas negras, pessoas com deficiência, mulheres (cis, travestis e trans), LGBTQIA+ e pessoas idosas. Outro destaque nessa direção foi a apresentação pelo MinC do Projeto de Lei e Decreto nº 11.784/2023, com diretrizes nacionais para o fomento à Cultura Hip Hop.

Um dos pontos abordados pela Campanha Mercosul sem Racismo é a importância de uma política educacional antirracista. Existe alguma parceria com o Ministério da Educação a respeito desse assunto? Quais são os planos para aplicar essa temática nas salas de aula brasileiras?

Em 2023 começamos o diálogo com o MEC para realinhar nossas ações conjuntas, recuperando a memória do que já foi feito, para aperfeiçoar o que se pode fazer a partir desse outro momento do MinC. Um dos movimentos dos dois Ministérios foi a publicação

do Decreto nº 11.849, de 26 de dezembro de 2023, que institui o Comitê Técnico Interministerial de Cultura e Educação no âmbito dos Ministérios da Cultura e da Educação, com a finalidade de propor políticas públicas conjuntas. Nesse Comitê, uma das Câmaras temáticas tem como eixo justamente a aplicação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que versam sobre o ensino de história afro-brasileira e indígena nas escolas. Nesse sentido, conversas focais estão sendo elaboradas para essa temática.

O nosso Ministério fornece subsídios para apoiar o MEC no diálogo com Gestores Estaduais e Municipais com relação a inserção de temáticas referentes às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e outros temas pertinentes à arte e cultura nas escolas. Ofertamos uma trilha formativa com mais de dez módulos, sendo que alguns deles focaram na difusão do ensino das histórias afro e indígena no país. Dos planos de aula resultantes dessa iniciativa, nasceram muitas propostas e possibilidades de se fomentar práticas antirracistas dentro e fora da sala de aula, como o Projeto Educação Hip hop, Cortejo da consciência negra, musicando histórias: o tambor mineiro como instrumento de resgate da cultura e da história do povo negro de Minas Gerais, entre outros.

A Campanha Mercosul sem Racismo também reconhece a dificuldade de combater o racismo

no meio digital. Como isso pode ser feito? Como o Ministério da Cultura pretende tratar do tema?

Com a retomada da Política Nacional de Cultura Viva, o MinC vai estimular os Pontos de Cultura e, em especial, aqueles que trabalham com a cultura digital, a promover a diversidade étnico racial e a inclusão. Esse estímulo será realizado, por exemplo, por meio dos novos Pontões de Cultura que foram selecionados em 2023 por meio de edital. Além dos Pontões estaduais, teremos 15 Pontões de Cultura temáticos, dentre os quais Pontões sobre Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; Culturas Populares e Tradicionais; Cultura Digital, Comunicação e Mídia Livre, que poderão contribuir especialmente para os objetivos da Campanha Mercosul Sem Racismo, com Diversidade e Inclusão, pois sua atuação em rede com Pontos de Cultura deverá incluir ações de

promoção da diversidade étnica e racial. Além disso, vamos trabalhar também com o Programa Nacional dos Comitês de Cultura, que tem dentre seus objetivos levar as políticas culturais aos territórios e comunidades com mais defasagem histórica de acesso a tais políticas, consideradas Regiões Prioritárias. Um dos princípios dos Comitês de Cultura, por sua vez, é o combate a todas as formas de discriminação e a valorização da população negra e indígena. Estamos, portanto, dando início a uma série de ações a uma construção no sentido de contribuir significativamente para o empoderamento das populações negras e indígenas, e para promover os direitos fundamentais à cultura, à cidadania e à dignidade humana, de forma inovadora e transformadora.

A questão racial no Brasil vai além das pessoas negras, englobando também nossos povos originários.

Quais políticas voltadas para os povos indígenas estão em desenvolvimento neste momento?

Estamos em um momento de construção, a partir de um processo de escuta dos povos indígenas para participação na elaboração de políticas para os povos indígenas. O Conselho Nacional de Política

Cultural tem duas cadeiras para povos indígenas, com os quais estamos avaliando uma provável atualização do Plano Setorial de Culturas Indígenas. Elaborado em 2011, trata-se de um documento construído no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural e que serve como referência para todas as políticas públicas desenvolvidas para esse segmento. Ainda em termos de participação social, teremos representantes indígenas na Conferência Nacional de Cultura, que será realizada no início de março.

A elaboração de políticas voltadas para os povos indígenas também está sendo pactuada com o Ministério dos Povos Indígenas, que apoiou a realização da edição 2023 do Prêmio Culturas Indígenas, que homenageia a liderança indígena de Roraima Vovó Bernaldina. Criado em 2008, esse prêmio foi retomado no âmbito do Edital Cultura Viva Sérgio Mamberti, lançado em setembro do ano passado, cujo resultado final será publicado até o final de fevereiro. Esse prêmio tem o objetivo de promover a preservação e valorização das culturas indígenas do país, por meio do reconhecimento de expressões artísticas, tradições, conhecimentos e práticas das numerosas culturas indígenas do país, que refletem a diversidade desse patrimônio cultural brasileiro. São 110 prêmios de 30 mil reais



cada, premiação que contribui para valorizar as identidades, reconhecer as especificidades e pluralidade de manifestações das etnias indígenas em cada região, preservar os saberes ancestrais e tradicionais, e promover a inclusão e visibilidade dos povos indígenas na sociedade.

Outra forma de promover o patrimônio cultural dos povos indígenas é a retomada, pelo IPHAN, do Inventário de Línguas Indígenas. Esse processo está sendo realizado em diálogo com o MIR, a Funai e o MinC, e tem como objetivos identificar, mapear e promover a valorização e preservação das línguas indígenas faladas em nosso país.

A senhora tem uma história muito extensa em defesa da cultura, e o recorte de raça também está sempre incluído em suas pautas. Qual a senhora diria que é o papel das bibliotecas e dos bibliotecários dentro dessas questões? Como podemos contribuir para o debate?

O presidente Lula tem falado constantemente: “Menos armas e mais livros”; tem lembrado a nós do Ministério da Cultura, que o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas são dimensões estratégicas para o desenvolvimento de nosso país, e para o fortalecimento de nossa democracia.

Compreendemos e temos ciência

dos desafios que ainda precisamos enfrentar no campo cultural no Brasil e no mundo, e por isso temos trabalhado para implementar políticas estruturantes da cultura, que são também ferramentas de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Além disso, temos procurado estruturar políticas do livro, da leitura e da literatura que dialoguem e respondam a demandas reais de nosso país.

Por meio da leitura, dos livros e da literatura podemos ter contato com o mundo, o nosso e o dos outros. Nesse sentido, as bibliotecas – comunitárias, escolares, públicas – exercem um papel fundamental na democratização de acesso, no fortalecimento de nossa riqueza cultural e literária. As bibliotecas conectam também culturas, línguas e simbologias diferentes em um movimento comum: o da celebração da leitura e da escrita como ferramentas de emancipação. Nós, do Ministério da Cultura do Brasil, temos procurado incluir a literatura negra, indígena, das favelas, dos quilombos, dos terreiros, das aldeias, das cidades, da roça: uma literatura que celebra nosso legado, aqueles e aquelas que vieram antes; mas fincada em nosso tempo, em nossa contemporaneidade. Que possamos, por meio dos livros, da leitura e da literatura potencializar nosso compromisso com uma

cultura de paz e tolerância. Digo e reafirmo: ler é um ato revolucionário!

Como uma artista negra, sua carreira passou por diversos desafios. Qual a senhora diria que é a maior barreira para artistas racializados no Brasil?

O racismo é uma questão da sociedade brasileira, que é algo estrutural; são esses resquícios de termos tido mais de 400 anos de exploração e escravização das pessoas negras. Esse é um questionamento que temos que fazer à indústria, à sociedade, ao setor cultural. O que nós temos que observar é que existe uma indústria, uma televisão que privilegia artistas brancos e brancas, e uma cultura que infelizmente invisibiliza a produção de artistas negros e negros. Como sabem, eu tive que criar o meu próprio selo para conseguir produzir minhas músicas, porque não havia interesse, não existiam recursos, investimentos. Então, acredito que ainda temos muitas barreiras a serem superadas, mas temos procurado corrigir e enfrentar esses desafios. Nós, do MinC, temos procurado criar mecanismos e ferramentas que possam ser aliadas no combate e enfrentamento a discriminações e assimetrias de acesso.

O letramento racial tem se

tornado uma pauta muito recorrente – e muito importante para o combate ao racismo no país. Como o Ministério da Cultura pretende difundir o tema?

Tenho defendido sempre – e seguindo bastante esse compromisso de nosso presidente Lula – que temos que conceber a cultura como uma área estratégica, porque ela é criadora de possibilidades reais de transformação e construção de uma sociedade democrática. Mas, para que isso ocorra, nós precisamos de ações, de políticas públicas da cultura diretas, focadas e comprometidas com o combate ao racismo e com a salvaguarda e valorização das expressões culturais negras. Porque uma maneira de reverberarmos essa pauta antirracista é a partir da democratização de acesso, da valorização, da salvaguarda das expressões e manifestações artístico-culturais da população negra, em toda a sua diversidade e complexidade cultural, territorial. Mais do que isso: precisamos garantir mecanismos que mirem em um futuro mais igualitário, mais justo. E isso perpassa por garantir acesso aos nossos bens, produtos e serviços culturais, a esse exercício de liberdade cultural.

Quais são as principais barreiras que impedem a promoção do letramento racial no Brasil?

No Brasil, existem diversas barreiras que impedem a promoção do letramento racial, entre elas podemos destacar:



a) Racismo estrutural e institucional: o racismo está enraizado na sociedade brasileira e se manifesta em todas as esferas, desde o sistema educacional até as instituições governamentais. Essa forma de pensar o mundo e a humanidade prejudica a promoção do letramento racial, já que desvaloriza a história e as culturas negras;

b) O currículo escolar brasileiro não aborda adequadamente a história da população negra, nem a história do entorno das escolas, perpetuando assim uma visão historicamente eurocêntrica. A ausência de uma educação que valorize o capital cultural da população, a diversidade cultural

e a contribuição africana, dificulta a promoção do letramento racial. A ausência da aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que versam sobre a história da África e das Culturas indígenas, são exemplos vivos destas práticas;

c) As pessoas negras são frequentemente invisibilizadas em diferentes áreas da sociedade, incluindo nos livros didáticos, nos espaços de poder e na mídia.

d) Existe resistência por parte de alguns setores da sociedade brasileira em reconhecer a existência do racismo e sua influência no sistema educacional.

Essas são apenas algumas das principais barreiras que impedem a promoção do letramento racial no Brasil. É necessário um esforço coletivo de educação, conscientização e mudança de mentalidades para superar esses obstáculos e construir uma sociedade igualitária e humana.

Em 2003 e em 2008, as leis nº 10.639/03 e 11.645/08 incluíram o ensino de história afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras. Como a senhora avalia o impacto dessas leis na promoção do letramento racial no país?

É importante ter consciência da relevância dessas leis. São

marcos legais importantes para a promoção do letramento racial no Brasil.

Essas leis em muito podem contribuir para combater o racismo estrutural e promover a igualdade racial, fornecendo uma perspectiva mais inclusiva e diversificada da história e cultura brasileira. O impacto dessas leis no letramento racial no país é um assunto em constante discussão e análise. Temos conhecimento de pesquisas que indicam que a implementação dessas leis – quando aplicadas – tem contribuído para o aumento da conscientização sobre a diversidade étnica e a luta contra o racismo. No entanto, também há desafios na implementação efetiva dessas diretrizes, como a falta de formação adequada de professoras e professores e a disponibilidade de materiais didáticos adequados, entre outras questões.

Por fim, a senhora tem alguma mensagem a deixar para as pessoas que sofrem diariamente com o racismo?

O racismo é, infelizmente e de maneira tão cruel, uma constante na vida das pessoas negras no Brasil. Como Ministra de Estado da Cultura, e é desse lugar que gostaria de falar, nós temos assentado nossas políticas na diversidade de nosso povo. Então, para nós é muito importante essa transversalidade no fazer políticas de cultura. Assim, estamos celebrando as culturas negras, indígenas, das favelas, dos quilombos, dos terreiros, das aldeias, das cidades, da roça... Uma diversidade cultural que celebra nosso legado, aqueles e aquelas que vieram antes, mas fincada em nosso tempo, em nossa contemporaneidade. Nós sabemos que ainda temos muitos desafios que ainda precisamos enfrentar no campo cultural no Brasil e no mundo, e por isso temos trabalhado para implementar políticas estruturantes da cultura, que são também ferramentas de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Nós queremos garantir possibilidades

de acesso, permitindo que o fomento e os investimentos cheguem a todas as pontas, a todos os territórios; que seja uma maneira de empoderamento e que valorize a autoestima das fazedoras e fazedores do Brasil.

Por isso, estamos abertos ao diálogo constante e a uma escuta ativa e sensível, e temos voltado nossa atenção para a melhoria e dinamização de nossas ações e projetos. Temos acolhido a juventude, as juventudes negras (queremos nossa juventude viva), periféricas, de territórios quilombolas, indígenas, compreendendo seus universos, entendendo suas demandas e especificidades em uma multiplicidade de manifestações artístico-culturais. Porque acreditamos que a cultura tem esse poder, essa potência de ser um vetor de transformação, de justiça social, de luta antirracista.



Vozes Indígenas na Biblioteconomia

Uma arma contra o apagamento histórico e a invisibilidade cultural.

Foto: Adobe Stock

O Brasil possui mais de 200 povos indígenas e uma rica diversidade cultural, que foi sistematicamente apagada pelo colonialismo. Agora, nossos povos originários lutam para reconquistar seus espaços e manter viva sua cultura - e profissionais de biblioteconomia são fundamentais nesse processo.



Jocimara de Araújo, bibliotecária do CRB-8, que também atende pelo nome de Uará.

Exemplo disso é Jocimara de Araújo, bibliotecária do CRB-8, que também atende pelo nome de Uará. Ela é do povo Pataxó, nascida na aldeia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabralia - BA, e atualmente é mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

pesquisando o tema “Povos Indígenas na Ciência da Informação”.

Uará conta que “o conhecimento que a sociedade em geral tem dos povos originários é muito raso e estereotipado”, e que esse foi um dos motivos para a escolha do tema de sua pesquisa, que busca “compreender a forma como os povos indígenas vêm sendo representados na Ciência da Informação”. Ao trabalhar essa temática

em sua pesquisa de mestrado, ela espera poder ajudar comunidades indígenas a reconstruírem sua própria história, além de ajudar a desfazer preconceitos e estereótipos. “Reconhecer a produção acadêmica a respeito dos povos indígenas é uma garantia de maior visibilidade”, afirma.

Além de sua pesquisa de mestrado, Uará também teve a chance de promover a pauta atuando como bibliotecária. Um de seus trabalhos foi no Museu de Culturas Indígenas em São Paulo, onde pôde coletar, organizar e compartilhar materiais que documentam a história, tradições, mitos e línguas indígenas. Ela usou a oportunidade para desenvolver programas educacionais e de treinamento, além de exposições que celebram as culturas indígenas.

A identidade de Uará como mulher indígena foi construída

desde seu nascimento e criação na comunidade de Coroa Vermelha, mas essa não é a realidade de todos. Em um país que tem o apagamento de povos e de culturas inteiras em seu histórico, não é incomum que as pessoas não saibam sua origem e cultura, e demorem para reconhecer e entender a própria identidade e herança. Foi o que aconteceu com Marilane Freitas, bibliotecária presidenta do CRB11, que só foi se descobrir indígena na faculdade.

Marilane mora em Manaus - AM e conta que, por muito tempo, se via como branca. “Durante a graduação eu não me autoconhecia, eu achava que eu era branca”, conta. Mas, na graduação, começou a ter contato com um professor indígena que, aos poucos, a ajudou a entender quem ela era.

Um momento muito marcante para Marilane foi a Flifloresta, feira literária voltada para a literatura indígena, da qual participou durante a graduação e que a deixou muito comovida. “Quando eu me vi naquele universo, eu senti algo dentro de mim, que me mexia muito”, relata. O professor percebeu e perguntou para Marilane o que ela sentia ao estar ali, e ela disse que sentia algo estranho. Foi quando ele encostou o braço no dela e lhe disse que era porque eles pertenciam ao mesmo povo. “Naquele momento caiu uma ficha na minha cabeça e eu reconheci isso”, relembra Marilane.

Foi a partir desse momento que ela iniciou suas pesquisas sobre os povos indígenas da região e sobre o passado de sua própria família. Ao pesquisar o passado da região e o local de nascimento de sua avó, descobriu que ela nasceu em



Marilane Freitas, bibliotecária presidenta do CRB11.

território Mura, povo indígena que vivia na região do Amazonas e que, no tempo do Brasil Império, resistiu à colonização.

Essa resistência levou a um decreto que ordenava o extermínio dos Mura - que não poderiam sequer ser mencionados a partir daquele momento. Esse decreto fez com que muitos Mura fossem obrigados a se converter ao

cristianismo, negando suas origens e renunciando ao próprio nome e cultura pelo resto de suas vidas - e a tataravó de Marilane foi uma das mulheres forçadas a fazer isso.

A bibliotecária conta que precisou confrontar a avó várias vezes a respeito do assunto, antes dela finalmente concordar em falar sobre suas origens, pois o reconhecimento não vinha fácil para ela: “Eu via a dificuldade dela de ser Mura, ela falava ‘aqueles índios’, ‘aqueles bárbaros’”, conta Marilane.

Esse processo de identificação e reconhecimento da própria identidade foi um divisor de águas na vida de Marilane que, desde então, começou a pesquisa sobre o povo Mura, sua cultura e sua história e a incorporar isso em sua vida e em seu trabalho. Exemplo disso é o efeito que sua presença causa na biblioteca escolar onde trabalha, pois o mero fato dela ocupar aquele espaço chama a atenção dos alunos e desperta neles o interesse pela pauta. “Só a minha presença lá na escola já sensibiliza aquele universo”, explica.

Além disso, ela usa seu trabalho na biblioteca escolar para promover, em parceria com uma professora, um projeto que ajuda os alunos a entenderem sua própria identidade. Na aula de Interculturalidade, a professora explica sobre a construção do país, as culturas dos povos negros que vieram para cá e dos povos originários que já viviam

aqui, e Marilane tem um papel muito ativo nessa aula. “Eu vou pra sala, conto a minha história, quem eu sou, o que é que eu faço, que eu sou indígena do povo Mura, que o meu povo foi quase exterminado, mas que a gente conseguiu resistir”, relata.

Além de relatar sua própria experiência, durante essa aula os alunos ainda fazem um trabalho de construção da própria árvore genealógica, que os ajuda a identificar melhor de onde vieram, suas raízes e tradições. “Eles não sabem quem eles são, eles não conhecem a própria história, muitas vezes, o máximo que eles tem de informação é o pai, a mãe e os avós”, explica Marilane. Ela ainda ressalta que, ao descobrir

mais sobre suas origens, os alunos podem conhecer melhor a si mesmos e as próprias identidades. “O que nós somos hoje é frutos dos nossos ancestrais, de tudo aquilo que veio comigo, a gente constrói nossa identidade, a nossa vivência a partir disso”, relata.

Além das bibliotecas, Marilane também tem uma militância muito ativa em prol da causa indígena, e defende a pauta sempre que pode. Isso faz com que, muitas vezes, ocupar certos espaços seja difícil. “Não é fácil você ocupar um espaço calada, você precisa falar, e às vezes as pessoas não estão preparadas para ouvir”, desabafa. Isso faz com que ela e outros defensores da pauta indígena sejam taxados de “briguentos”.

Apesar da dificuldade, ela não se deixa abalar e entende que essa luta é necessária para reconhecer a história do país. “Por mais que isso seja, muitas vezes, muito doloroso, é uma ferida que a gente precisa mexer para que as pessoas possam entender que a nossa construção, o que nós somos hoje, não foi as mil maravilhas”, relata.

Para ela, ocupar os espaços, trazer o tema à tona e deixar às claras a história do seu povo e o modo como o Brasil foi construído é fundamental para que ela e outros indígenas possam ser quem são e manifestarem sua cultura. “A gente precisa reconhecer isso para que futuramente a gente possa dar o devido valor ao que é nosso e não

achar que eu tenho que adotar uma postura que quiseram impor pra gente”, explica.

Ela conta que, de todos os meios que frequenta, aquele onde encara mais desafios é o político. “A gente percebe muita resistência, que por eles a gente nem tava lá”, explica. Apesar disso, ela segue ocupando os espaços, levantando debates e defendendo os interesses indígenas nesses lugares, e reconhece o seu direito de fazer isso. “Não dá pra pensar em uma sociedade onde tudo aquilo que vai ser discutido não tem a nossa participação”, afirma.

Indígena ou não, a verdade é que todo profissional de biblioteconomia pode e deve contribuir para a promoção do conhecimento sobre os povos indígenas brasileiros, pois isso é fundamental para quebrar preconceitos e desconstruir estereótipos. Para Uará, “os profissionais de biblioteconomia podem apoiar e fortalecer os povos indígenas através do reconhecimento e valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos indígenas”. Isso pode ser feito através de livros sobre culturas indígenas e palestras com convidados indígenas, por exemplo. Marilane ainda complementa, dizendo que divulgar e indicar livros sobre o tema pode fazer toda a diferença. Afinal, para ela, “A informação salva vidas, muda a vida das pessoas”.



Marilane Freitas, bibliotecária presidente do CRB11.

O Sistema CFB/CRB na Luta Antirracista:

Liderando o Combate ao Racismo nas Bibliotecas



O Letramento Racial é a prática de aprender as formas como o racismo está presente na sociedade e, conscientemente, realizar ações para combatê-lo. Em um país como o Brasil, que tem o racismo em suas raízes e que ainda não foi capaz de resolver seus efeitos, o Letramento Racial é fundamental para a transformação da sociedade. Nesse sentido, o CFB entende que profissionais de biblioteconomia podem e devem ter uma participação ativa na prática do Letramento Racial - afinal, promover o conhecimento e transformar a sociedade através dele é um dos nossos deveres.

Para Aldinar Bottentuit, Conselheira da atual gestão do CFB, “é importante que todos nós, bibliotecários e bibliotecárias, promovamos a igualdade racial,

que as nossas práticas, as nossas mediações políticas promovam a igualdade racial.” Para Lucimar Carneiro, presidenta do CRB-5, cabe ao Sistema CFB/CRB usar o alcance e a influência que tem em bibliotecários de todo o país para incentivar os profissionais a aprenderem sobre letramento racial e praticá-lo. “Esse poder de agregação do CRB tem como objetivo alcançar um grande número de bibliotecários para dar o start e não continuar essa realidade racista. Precisamos virar a chave e a biblioteca está aí como um instrumento muito eficaz nesse sentido porque lidamos com informação e conhecimento”, afirma Lucimar.

Se o papel do Sistema CFB/CRB é estimular os bibliotecários, o papel desses profissionais é o de aplicar o letramento no seu

cotidiano profissional. Existem várias maneiras de fazer isso, que vão desde a escolha de livros para o acervo da biblioteca até a realização de palestras e exposições. Para Aldinar, “Podemos convidar autores indígenas e negros para fazer palestras nos espaços das bibliotecas e nas escolas. Podemos fazer exposição do acervo que nós temos, um acervo vasto, e aí é preciso realmente investir”. Além disso, é muito importante que o assunto seja recorrente e trabalhado durante todo o ano. Para Bárbara Barcellos, Conselheira Regional do CRB-5, “Todas as bibliotecas precisam trazer essas abordagens ao longo do ano, no seu planejamento, nas suas políticas e regimentos de forma clara”.

Também é importante ressaltar que as bibliotecas precisam funcionar

como um espaço de acolhimento, como um espaço seguro para quem a procura. “A gente entende que temos uma população marginalizada, segregada por conta do racismo, e quando a pessoa bate na porta da biblioteca e entra, ela tem que ser muito bem acolhida para se sentir à vontade”, afirma Lucimar.

A escolha do Letramento Racial como tema do Mês da Pessoa Bibliotecária 2024 foi aprovada pelo CFB de forma unânime, em plenária. A sugestão do tema veio dos CRB-5 e CRB-8, mas a verdade é que o racismo já vem sendo tema de debate em algumas universidades há um tempo. “Dentro da biblioteconomia a questão étnico racial já vem sendo discutida em algumas universidades que possuem grupos de pesquisa com essa temática”, explica Lucimar. Vale destacar que a igualdade étnico-racial é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e é uma pauta que a Biblioteconomia não deve ignorar.

Após a aprovação do tema em plenária, os CRB acolheram a pauta e trabalharam nela com afinco. Por todo o país, os Regionais organizaram eventos falando sobre racismo, letramento racial e a luta antirracista, escolhendo convidados e dando espaço para que diversas vozes fossem ouvidas. Exemplo

disso foi o CRB 5, onde a presidenta Lucimar, uma mulher branca, cedeu o cargo de Presidente Interina para Bárbara, uma mulher negra que assumiu a posição durante os dias 12 e 13 de março e ocupou um lugar de destaque nos eventos do Dia da Pessoa Bibliotecária promovidos pelo CRB 5. Com isso, Bárbara pôde “levar um discurso com identidade, com questões pontuais a partir da minha vivência enquanto bibliotecária negra”, relembra.

Por fim, é fundamental entender que abordar o letramento racial e a luta antirracista não deve ser uma ação pontual. Essa luta é diária, e deve estar presente no dia a dia do trabalho de bibliotecárias e bibliotecários de todo o país - e tanto o CFB quanto os CRB devem pensar em ações estratégicas a serem executadas ao longo do ano. Lucimar explica que, no âmbito do CFB, “a comissão de ensino tem essas duas perspectivas: conversar com os conselhos regionais na promoção dessa pauta em conjunto com os cursos de biblioteconomia no Brasil, e levar essa pauta para os cursos de biblioteconomia para contribuir na formação de bibliotecários e bibliotecárias cientes desse papel transformador da biblioteconomia por meio da informação e do conhecimento”.



**Aldinar Martins Bottentuit -
Conselheira Federal
CRB-13**



**Lucimar Carneiro,
presidente do CRB-5**



**Bárbara Barcellos,
Conselheira Regional
do CRB-5**



Brasil celebra o Dia da Bibliotecária e do Bibliotecário com homenagens e compromissos pela inclusão e antirracismo

Sessão na Câmara dos Deputados reconhece contribuições dos profissionais e reforça compromisso com a promoção da leitura e da inclusão

No dia 26 de março, a Câmara dos Deputados foi palco de uma emocionante Sessão Solene em Homenagem ao Dia da Bibliotecária e do Bibliotecário, uma iniciativa liderada pela bibliotecária e Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS). O evento não apenas celebrou o trabalho excepcional desses profissionais em todo o Brasil, mas também destacou seu impacto social significativo. A sessão foi uma oportunidade não só de reconhecimento, mas também de reforçar a importância da presença e manutenção de bibliotecas em todos os municípios brasileiros, conforme estabelecido na Lei nº 12.244/2010.

Foram discursos marcantes dos representantes das entidades e associações ligadas à biblioteconomia, vale ressaltar

a presença e participação ativa de todos os presidentes e representantes dos 14 Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que compõem o Sistema CFB/CRB. Sua presença reforça o compromisso e a união em prol da valorização da profissão bibliotecária em todas as regiões do país. Ao estarem presentes nessa sessão solene, demonstraram não apenas apoio às iniciativas em curso, mas também a determinação em trabalhar coletivamente para enfrentar os desafios e promover avanços significativos para a área da biblioteconomia no Brasil. Essa representatividade reforça a importância do engajamento de todos os segmentos da categoria para garantir o reconhecimento e a valorização do papel dos bibliotecários na sociedade.

O presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Fábio Lima Cordeiro, trouxe uma mensagem de agradecimento e reconhecimento a todos os presentes no plenário Ulysses Guimarães, bem como aos telespectadores que acompanhavam pela TV Câmara. Iniciando sua fala, ele destacou a importância da deputada Fernanda Melchionna por sua contribuição para a realização da sessão solene, ressaltando sua parceria nos projetos de promoção da leitura e da biblioteconomia brasileira. No discurso do presidente ficou evidente a valorização da união e do reconhecimento de todos os membros que compõem o Sistema CFB/CRB. Ele destacou: “Nós somos o sistema CFB/CRB e as comemorações do dia de hoje dizem respeito a todas, todos e todes nós.” Ao

revisitar a luta histórica pela regulamentação da profissão, Fábio enfatizou o papel dos bibliotecários como educadores e mediadores do conhecimento, afirmando: “Não somos mais profissionais liberais de 1962, reconhecemos que nossa missão se aperfeiçoou e vai além de fornecer o acesso ao conhecimento.” Nesse contexto, convocou os presentes a se comprometerem com a promoção da diversidade de ideias e culturas, ressaltando o compromisso do Sistema CFB/CRB em inspirar e capacitar aqueles ao seu redor, orientando-os em sua jornada de descoberta e crescimento intelectual.

Além disso, Fábio Cordeiro expressou o reconhecimento pelo esforço coletivo dos conselheiros das 14 jurisdições dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que compõem o sistema. Em suas palavras, ele destacou: “Gostaria de citar nominalmente as pessoas que compõem as 14 jurisdições dos conselhos, reconhecendo o valor e a importância de cada uma delas para o fortalecimento da profissão.” Esse reconhecimento reflete o compromisso do CFB em valorizar e apoiar o trabalho dos profissionais bibliotecários em todo o país, promovendo ações conjuntas

para o desenvolvimento e aprimoramento da área.

Ao longo de seu discurso, Fábio Cordeiro enfatizou a evolução da profissão de bibliotecário ao longo dos anos, desde a conquista da regulamentação até as leis subsequentes que aprimoraram sua atuação. Ele ressaltou que, além de guardiões de livros, os bibliotecários são educadores, mediadores e

e governos, Cordeiro enfatizou a importância de reconhecer os bibliotecários como educadores e agentes de mudança, capazes de inspirar, capacitar e guiar aqueles ao seu redor em sua jornada de descoberta e crescimento intelectual. Sua mensagem ressoou o compromisso contínuo de iluminar mentes, aquecer corações e enriquecer vidas



Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Fábio Lima Cordeiro.

facilitadores do conhecimento, com o poder de informar, inspirar e capacitar aqueles que buscam aprender e crescer. Destacou ainda o papel fundamental das bibliotecas como espaços de aprendizado, inclusão e igualdade, convidando todos os presentes a se comprometerem com essa jornada educativa.

Em seu apelo aos congressistas

através do poder transformador da educação, celebrando assim não apenas o Dia da Bibliotecária e do Bibliotecário, mas também o papel vital desses profissionais como educadores e agentes de mudança na sociedade.

Por fim, Fábio Cordeiro concluiu seu discurso reiterando o compromisso do Sistema



Alyson Souza dos Santos, conselheiro regional do CRB1.

CFB/CRB em promover bibliotecas como espaços de aprendizado, inclusão e igualdade. Ele enfatizou: “Que possamos continuar a iluminar mentes, aquecer corações e enriquecer vidas através do poder transformador da educação.” Esse apelo evidencia a importância da educação e do

acesso ao conhecimento como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Um dos momentos marcantes foi o discurso de Alyson Souza dos Santos, conselheiro regional do CRB1, que representou todos os conselheiros

regionais das 14 jurisdições dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. Alyson iniciou sua fala destacando a importância do evento para todos os profissionais da área, em especial para as mulheres, maioria na profissão e fundamentais para o avanço do conhecimento na sociedade. Ressaltou ainda o papel histórico dos bibliotecários na promoção dos valores democráticos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, desde os tempos da ditadura militar até os desafios atuais relacionados à desinformação e à manipulação da informação.

Ao longo de sua intervenção, Alyson enfatizou o compromisso dos bibliotecários na democratização do acesso à informação e na promoção da leitura, transformando





Jorge Moisés Kroll, presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

espaços comuns em locais de inclusão social. Destacou também o papel fundamental na preservação da memória coletiva e na valorização da diversidade cultural, garantindo o acesso a diferentes tipos de materiais e contribuindo para a promoção da pluralidade de vozes e perspectivas. Além disso, ressaltou o papel na promoção da alfabetização e do desenvolvimento da habilidade de leitura, atuando como agentes de transformação social e defensores do direito à informação e da liberdade de expressão.

Alyson encerrou sua fala presenteando os presentes com uma adaptação do poema “Mãos Dadas” de Carlos Drummond de Andrade, destacando a importância da união e do trabalho conjunto na biblioteconomia.

“Presenteio a todas as senhoras e senhores com algumas palavras de Carlos Drummond de Andrade em seu poema “Mãos Dadas” e na paráfrase feita por Edson Nery da Fonseca, em 1972”:

“Não serei o bibliotecário de um mundo caduco

Também não me deixarei encantar pela biblioteconomia do futuro

Estou no balcão de referência e contemplo os leitores da biblioteca

Seus estudos alimentam a minha esperança

Mas considero, perplexo, o enorme universo dos livros

Deste mundo tão grande somos apenas uma parte

A tarefa é comum, trabalhemos de mãos dadas.

Não serei o escravo de um código obsoleto e de um sistema ultrapassado

Não direi que a biblioteca é hospital de almas

e o livro um amigo silencioso que não falha

O leitor é o meu objetivo: o leitor adulto, o leitor juvenil, o leitor infantil

O aluno e o professor, o neoalfabetizado e o pesquisador científico

Para cada leitor existe um livro e para cada livro encontrarei o seu leitor.”

“Por uma biblioteconomia forte, justa, inclusiva e humana”.

Seu discurso, construído de forma coletiva e transparente, representou não apenas sua própria reflexão, mas também a voz de todos os profissionais representados pelo CRB-1, reforçando o significado do Dia da Bibliotecária e do Bibliotecário como uma celebração dos valores que somam educação, leitura e transformação social.

Jorge Moisés Kroll, presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), iniciou seu discurso expressando gratidão à deputada Fernanda Melchionna e ao presidente do CFB, Fábio



Aline Franca, Coordenadora-Geral de Leitura e Bibliotecas no Ministério da Cultura.

Lima Cordeiro, por tornarem possível aquele momento de reflexão e conagração. Kroll ressaltou a importância de se olhar para o passado da profissão, mas também de se voltar criticamente para o futuro, especialmente diante das rápidas mudanças tecnológicas e sociais que impactam o campo da informação. Ele destacou a necessidade de os

bibliotecários se adaptarem e inovarem continuamente, além de fortalecerem a defesa coletiva de suas bibliotecas em face de desafios como a censura e o fechamento de entidades de classe.

O presidente da FEBAB enfatizou a importância das bibliotecas como espaços democráticos e inclusivos, cujo papel vai além da mera

intermediação entre livros e leitores. Ele alertou para os perigos da censura e do fechamento de bibliotecas, ressaltando que essas instituições desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à informação e na promoção da leitura em diferentes comunidades. Kroll encorajou a classe bibliotecária a enfrentar os desafios atuais com uma perspectiva otimista, adotando a filosofia do copo meio cheio e enxergando as adversidades como oportunidades de crescimento e transformação.

Ao concluir seu discurso, Jorge Moisés Kroll inspirou os presentes com uma mensagem de esperança, citando um provérbio sobre a importância de acreditar nos sonhos para construir um futuro melhor. Sua fala reforçou não apenas a



importância de celebrar o Dia da Bibliotecária e do Bibliotecário, mas também o compromisso contínuo da classe em fortalecer as bibliotecas como pilares da sociedade democrática.

Martha Nunes, presidenta da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), iniciou seu discurso expressando sua gratidão pela oportunidade de contribuir com a área da biblioteconomia e da ciência da informação, bem como pelo convite feito pelo presidente do CFB, Fábio Cordeiro. Como mulher nordestina e professora da Universidade Federal de Sergipe, Martha destacou o orgulho em colaborar com a formação de bibliotecários e bibliotecárias em seu estado, ressaltando o papel crucial das bibliotecas na disseminação de informações verídicas e na promoção das competências leitoras. Além disso, como presidenta da ABECIN, Martha reforçou o compromisso da associação em fortalecer e integrar as instituições e profissionais envolvidos na educação superior em ciência da informação, visando formar profissionais capacitados para atuar nessa área.

Martha Nunes parabenizou a classe bibliotecária pelo Dia da Bibliotecária e do Bibliotecário, destacando a relevância da campanha promovida pelo CFB e CRBs em 2024, que aborda o elemento racial e propõe a construção de bibliotecas antirracistas. Ela enfatizou que a atuação dos profissionais bibliotecários deve estimular o respeito à diversidade e promover a inclusão, tornando as bibliotecas espaços verdadeiramente acessíveis

Em um emocionante discurso de encerramento da sessão solene em comemoração ao Dia do Bibliotecário, a deputada federal e bibliotecária, Fernanda Melchionna ressaltou a importância da profissão e convocou todos os presentes para a luta em prol da democratização do acesso à leitura e à informação. Em suas palavras, ela afirmou: “Nós não podemos aceitar como normal que em pleno 2024 nós tínhamos 100 milhões de



Martha Nunes, presidenta da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

e acolhedores para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, cultural, socioeconômica, de gênero, orientação sexual ou habilidades físicas e cognitivas. Ao concluir seu discurso, Martha Nunes reiterou os parabéns à biblioteconomia brasileira e agradeceu a todos os bibliotecários e bibliotecárias pelo seu dia.

brasileiros que se dizem ao leitores, não podemos aceitar que é normal que 50% das nossas escolas não tenham biblioteca nesses espaços de ensino e aprendizagem”. Fernanda enfatizou a urgência em abrir bibliotecas e fechar clubes de tiro, destacando a necessidade de pressa para construir um país mais justo e igualitário.



Fernanda Melchionna, bibliotecária e Deputada Federal (PSOL/RS).

A deputada também ressaltou a importância da luta contra o autoritarismo e a censura, afirmando: “E a gente sabe que a extrema direita e o autoritarismo é inimigo da leitura crítica e da leitura de mundo”. Ela fez um apelo à auto-organização e mobilização, reforçando a importância da união da categoria para enfrentar os desafios presentes e futuros. Fernanda destacou a relevância dos bibliotecários na defesa das liberdades democráticas e na promoção da leitura crítica, ressaltando: “Pois o ser humano tem fome e sede livros. Parabéns aos bibliotecários que sabem a importância de pais cidadão.” As palavras da deputada ecoaram entre os presentes, inspirando-os a continuarem engajados na luta pela valorização da profissão e pelo direito à informação e à cultura para todos.

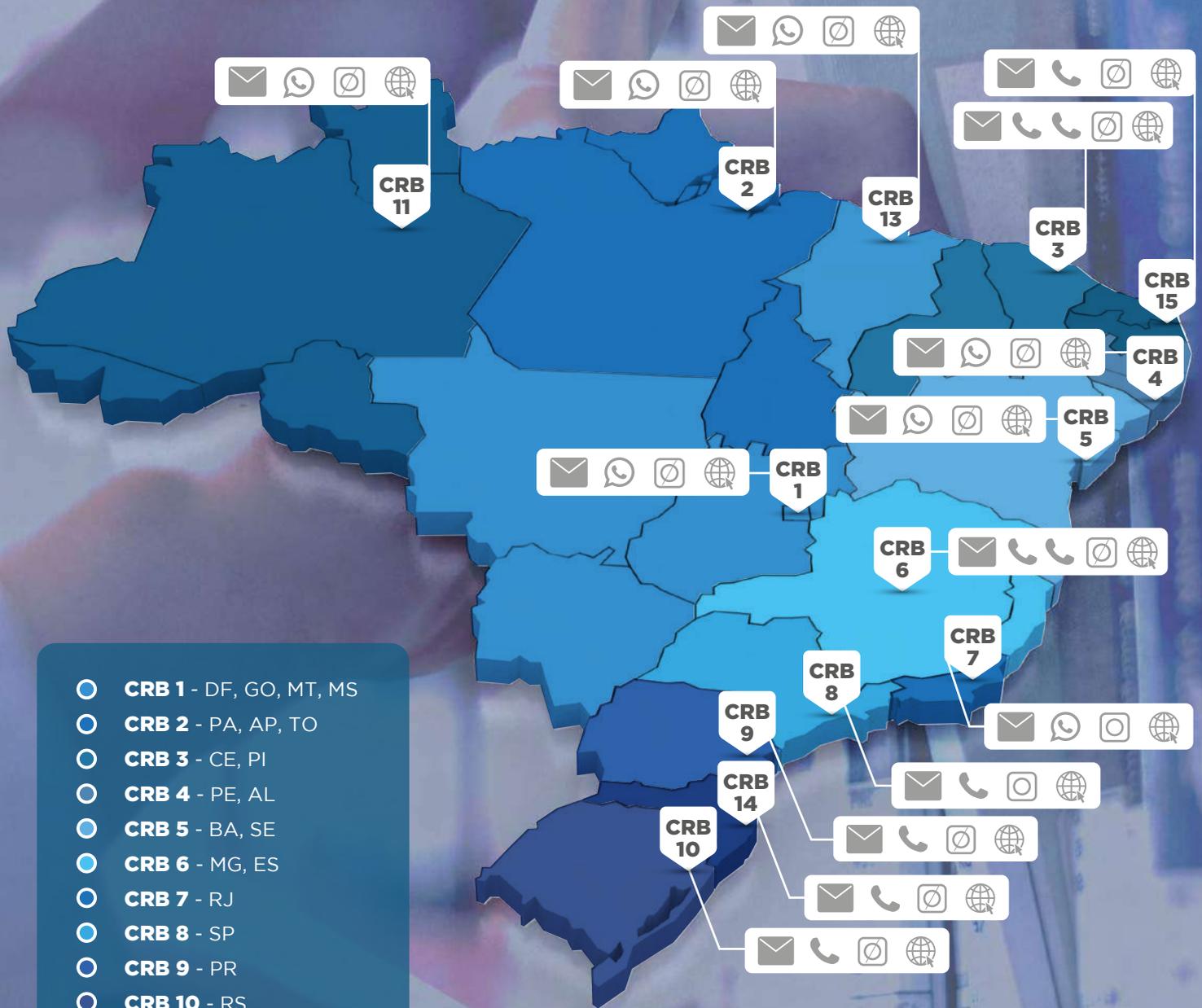
Além disso, Fernanda Melchionna destacou a importância da educação como pilar fundamental para o desenvolvimento social e intelectual. Em sua fala, ela enfatizou: “Nós sabemos que embora a gente tenha todas essas conquistas que o Alyson nos trouxe, a constituição de 88 é uma conquista enorme”. A deputada ressaltou a necessidade de garantir o acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros, reconhecendo a importância das bibliotecas como espaços de aprendizado e conhecimento.

Por fim, a deputada reiterou seu compromisso em defender os direitos dos bibliotecários e a importância de sua atuação nas escolas e comunidades. Ela declarou: “Sou parceira da Biblioteconomia. E na defesa dos bibliotecários nas

escolas.” Fernanda enfatizou a relevância da campanha do Letramento Racial lançada pelo sistema CFB/CRB, destacando a importância de promover a igualdade e o combate ao racismo por meio da educação e da leitura. Suas palavras encorajaram os presentes a continuarem engajados na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde a educação e o acesso à informação sejam direitos garantidos para todos.

Ao encerrar sua fala, Fernanda Melchionna ressaltou a importância da união e da mobilização para enfrentar os desafios presentes e futuros. Ela conclamou: “Pois o ser humano tem fome e sede livros. Parabéns aos bibliotecários que sabem a importância de pais cidadão.” As palavras da deputada Fernanda Melchionna ecoaram o compromisso com a valorização da biblioteconomia e a defesa dos direitos dos profissionais da área. Por sua vez, Orlando Silva destacou seu apoio à causa bibliotecária e reafirmou seu compromisso em defender os bibliotecários nas escolas. Com esses discursos alinhados, os deputados reforçaram a necessidade de fortalecer as bibliotecas como espaços de conhecimento, inclusão e transformação social.

MAPA DO SISTEMA



- **CRB 1** - DF, GO, MT, MS
- **CRB 2** - PA, AP, TO
- **CRB 3** - CE, PI
- **CRB 4** - PE, AL
- **CRB 5** - BA, SE
- **CRB 6** - MG, ES
- **CRB 7** - RJ
- **CRB 8** - SP
- **CRB 9** - PR
- **CRB 10** - RS
- **CRB 11** - AM, AC, RO, RR
- **CRB 13** - MA
- **CRB 14** - SC
- **CRB 15** - PB, RN

